



União Europeia
Política Regional

inforegio

pt

panorama

11

de Setembro de
2003

Entrevista

Jeremy Smith,
secretário-geral do
Conselho dos
Municípios e
Regiões da Europa

Em foco

Os programas
regionais de acções
inovadoras

Descoberta de um país aderente

Malta

Descoberta de uma região

Suécia Meridional



Regiões inovadoras



O Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CMRE) realizou em Maio a sua assembleia-geral em Poznan, na Polónia. Em que

medida ela permitiu o estreitamento de relações entre as autoridades locais e regionais dos actuais e futuros Estados-Membros da União Europeia?

Foi a primeira assembleia geral do CMRE num país da Europa Central e a cidade de Poznan organizou-a de forma exemplar. O facto de se reunirem num futuro Estado-Membro mais de 700 representantes de cidades e regiões provenientes de toda a Europa para trocarem informações, experiências e até preocupações assume uma importância extraordinária.

O CMRE não esperou o alargamento para aceitar membros de países como a Polónia e a República Checa, ou mesmo a Islândia, a Suíça ou a Ucrânia. Em Poznan, aliás, acolhemos dois novos membros: a Macedónia e a Sérvia. E já estamos a pensar nos futuros candidatos da próxima vaga.

Na vossa assembleia, representantes das regiões do objectivo n.º 1 mostraram alguma inquietação com as consequências do alargamento. Por um efeito exclusivamente mecânico, algumas dessas regiões deixam de beneficiar de ajudas comunitárias, embora continuem a ser, de facto, regiões desfavorecidas. Neste contexto, que mensagem envia o CMRE à Comissão Europeia sobre o futuro da política de coesão?

O CMRE e a Comissão estão no mesmo comprimento de onda sobre muitas matérias. Desejamos que seja mantida a regra dos 75% do PIB europeu para as regiões do objectivo n.º 1, mas queremos também que as regiões que deixam de ser abrangidas por esse objectivo por razões puramente estatísticas beneficiem de um programa temporário. Pensamos, igualmente, que todas as regiões devem ter acesso a um novo objectivo n.º 2 e que, no futuro, a repartição orçamental dos fundos estruturais deverá ser feita da seguinte forma: dois terços para o objectivo n.º 1 e um terço para o novo objectivo n.º 2. Este novo objectivo n.º 2 incluiria, nomeadamente, a cooperação inter-

-regional, a desindustrialização ou ainda as regiões pouco povoadas.

Não se trata apenas de uma questão financeira. Convém sobretudo preservar o próprio espírito da política de coesão, isto é, o conceito de solidariedade europeia e o princípio de que a União não se pode desenvolver se continuarem a persistir grandes diferenças entre as suas regiões.

As negociações de adesão foram difíceis no plano financeiro. Mas a chegada das cidades e regiões dos novos Estados não constituirá um grande contributo, para todos, em termos de ideias e de novas experiências?

É preciso olhar as coisas de frente: o alargamento a dez novos Estados constitui ao mesmo tempo uma enorme oportunidade e um desafio. A maior parte dos próximos membros da UE têm um passado de centralismo que deixou marcas. Cabe-nos a nós ajudar as suas administrações regionais e locais, permitindo-lhes beneficiar da experiência dos seus homólogos da União. E a questão dos fundos estruturais constitui igualmente uma dificuldade. Por outro lado, as administrações locais e regionais dos

Sumário

Editor responsável: Thierry Daman, CE, DG Política Regional

Esta revista está disponível nas 11 línguas da União Europeia e na página Internet http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_pt.htm e é impressa em cinco línguas (FR, EN, DE, ES e IT) em papel reciclado. Os textos desta publicação não têm valor legal.

Fotografias (páginas): Mike St Maur Sheil (1, 4, 12), CCRE (2), AEIDL (8), Government of Malta (9), SydSam (10, 11), Lisa Clement (13), Parco Nazionale dello Stelvio/Stilfserjoch (14, 15). Capa: Projecto-piloto urbano financiado pelo FEDER – restauro de um moinho em Skerries (Irlanda).

4



Os programas regionais de acções inovadoras: laboratórios da qualidade

7



Formez, um instrumento ao serviço das administrações territoriais italianas

futuros Estados-Membros têm muito a dar à UE, quanto mais não seja pela sua juventude e dinamismo. Só para dar um exemplo: a cidade de Praga tem um sistema de transportes públicos informatizados ultramoderno, no qual se poderão inspirar muitas cidades da UE. Enfim, estou convencido de que os contactos e trocas de experiências serão sempre mais ricos entre cidades e regiões de 25 países do que de 15. Com efeito, todas as cidades e regiões se defrontam com os mesmos problemas, em graus diversos: o emprego, o ambiente, os transportes, a educação. Se reunirmos os representantes de cidades e regiões de 25 Estados, teremos mais possibilidades de encontrar soluções para esses problemas.

O CMRE pronunciou-se diversas vezes a favor de um reforço da componente urbana nos fundos estruturais. Pode explicar este ponto de vista?

Uma parte importante dos fundos estruturais é gasta nas cidades, mas não de forma coerente nem integrada. Por outro lado, cerca de 80% da população europeia vive em cidades e, no entanto, a componente urbana está longe de ter a importância que merece nos fundos estruturais. Esta dimensão urbana divide-se em duas partes: por um lado, as grandes cidades, algumas das quais constituem verdadeiras regiões; por outro, as pequenas cidades, que têm um papel essencial no desenvolvimento integrado urbano/rural. Por último, muitos aspectos da política regional entram francamente na política urbana, como os transportes, o emprego ou as migrações. Trata-se de factos inegáveis.

Parece-me portanto lógico que os fundos estruturais se abram mais claramente à dimensão urbana. Aliás, em Poznan, um dos participantes na sessão sobre a política de coesão referiu: «O Comité das Regiões da UE, independentemente do seu título, representa as regiões e as cidades da União. Podemos então deduzir que a política regional deve ter uma dimensão regional e urbana.»

Na declaração adoptada em Poznan, o CMRE apela a um maior reconhecimento por parte da União Europeia do papel das autoridades locais e regionais. Concretamente, qual é a vossa proposta?

Antes de mais, pretendemos uma definição mais clara do princípio da subsidiariedade, que mencione explicitamente as autoridades locais e regionais; desejamos que a futura Constituição inclua os princípios da autonomia local e regional, tal como constam na Carta Europeia da Autonomia Local, e que as autoridades locais e regionais sejam sistematicamente associadas à elaboração e aplicação das decisões que lhes dizem respeito. Reclamamos igualmente um reforço dos poderes do Comité das Regiões.

Em síntese, para o CMRE trata-se de fazer com que a Europa a 25 esteja de facto próxima dos seus cidadãos e isso só se pode fazer reforçando a componente local e regional no seio da UE.

Uma boa notícia é que, depois do nosso apelo de Poznan, a maior parte destes pontos foram incluídos no novo projecto de Constituição.

Uma federação de 100 000 colectividades locais e regionais

O Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CMRE) foi criado em 1951, por iniciativa de um grupo de cerca de 50 presidentes de câmara. Tinha acabado há pouco a Segunda Guerra Mundial. A Comunidade Europeia ia avançando lentamente. E o CMRE teve um papel pioneiro.

Actualmente, cinquenta anos passados, o CMRE tem mais de 100 000 colectividades locais e regionais federadas, através de 44 associações nacionais em 31 países europeus. Uma federação que aumenta constantemente.

O CMRE proclama uma dupla convicção:

- a democracia local constitui a base de toda a vida pública;
- as colectividades territoriais têm um papel essencial na realização da União Europeia.

A este propósito, o CMRE lutou para que o papel das colectividades locais e regionais fosse tido mais em conta pela Convenção sobre o Futuro da Europa e pela futura Conferência Intergovernamental. Note-se, aliás, que o presidente do CMRE é Valéry Giscard d'Estaing, que precisamente assumiu a presidência da Convenção.

O CMRE esforça-se por influenciar as decisões comunitárias e igualmente por facilitar, ao nível europeu, a troca de experiências, a difusão de ideias e das melhores práticas entre os seus membros. Foi com este espírito que o CMRE incentivou 26 000 geminações entre colectividades territoriais na Europa.

Contacto:

CCRE

Rue d'Arlon 22-24

B-1050 Bruxelles

Tel.: (32-2) 511 74 77



Fax: (32-2) 511 09 49

E-mail: cemr@ccre.org

Internet: <http://www.ccre.org>

8



Malta: um traço de união no Mediterrâneo — Questões colocadas a Edward Fenech Adami, primeiro-ministro da República de Malta

10



Suécia Meridional: uma região pivô no Báltico

12



Para lá do Regulamento (CE) n.º 1159/2000: informar melhor sobre os fundos estruturais

14



Parque Nacional do Stelvio/Stilfserjoch (Itália): fundos estruturais para o parque natural

Os programas regionais de acções inovadoras Laboratórios da qualidade

Se é verdade que o FEDER permitiu reduzir as diferenças entre as regiões da União Europeia, criou-se um fosso ao nível das tecnologias de ponta e do acesso à sociedade da informação, dois elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável das regiões em dificuldade. Graças aos «programas regionais de acções inovadoras», estas regiões podem ensaiar, a partir de temas sensíveis, soluções inovadoras que provocam efeitos catalisadores.

Para o período 2000-2006, a Comissão Europeia coloca à disposição das regiões assistidas pelo FEDER (objectivos n.ºs 1 e 2), um montante de 400 milhões de euros, destinado a financiar «programas regionais de acções inovadoras». Estes programas representam 0,4% do orçamento total do FEDER. Uma gota de água no oceano? Não, porque este dispositivo tem um objectivo muito preciso e específico. O principal objectivo das acções inovadoras é provocar um efeito catalisador, contribuir com uma mais-valia decisiva, a partir de temas muito sensíveis para as regiões. O que está em causa é aumentar e melhorar a qualidade das intervenções dos fundos estruturais.

Um fosso que se alarga

Porquê estes programas? O relatório da Comissão de 2001, sobre a coesão económica e social na União Europeia, salienta um facto positivo: graças ao FEDER, a diferença entre as regiões está a diminuir ao nível das infra-estruturas e mais globalmente do PIB. No entanto, mantém-se uma nota dissonante: o fosso tecnológico entre as mesmas regiões está a alargar-se. É uma conclusão inquietante, porque é evidente que os esforços de inovação e de investigação e desenvolvimento (I&D) condicionam o sucesso da economia sustentável de uma região.

Vários indicadores apontam para esta situação. Os empregos relacionados com as tecnologias de ponta representam cerca de 15% do emprego total nas 25 regiões mais avançadas, contra apenas 4% nas regiões menos desenvolvidas. Em matéria de I&D, 15% das regiões gastam tanto como todas as outras regiões juntas. Quanto à taxa de penetração da Internet, apesar de aumentar globalmente na União, as diferenças acentuam-se em função das regiões (as percentagens variam três vezes). Uma verdadeira «fractura digital» separa, em especial, as zonas urbanas de algumas zonas rurais, em matéria de acesso rápido à Internet por banda larga.

Visar o «software»

Para corrigir estes pontos fracos e criar uma verdadeira coesão económica e social é preciso aumentar a intervenção pública, dando um papel mais importante às regiões. Nesta perspectiva, as acções inovadoras tencionam precisamente

dedicar-se ao «software», aos aspectos imateriais (criação de redes, parcerias, etc.) e não ao «hardware» (infra-estruturas), incentivando soluções novas em domínios fundamentais para o desenvolvimento das regiões menos favorecidas.

São três os domínios prioritários:

- incentivar uma economia regional baseada no conhecimento e na inovação tecnológica;
- fomentar a sociedade da informação ao serviço do desenvolvimento regional;
- reforçar a identidade regional e o desenvolvimento sustentável.



O produtor galês de água mineral, Radnor Hills Water, pôde modernizar as suas instalações graças a um programa regional de acções inovadoras.

Para os dois primeiros anos (2001 e 2002) foram aprovados pela Comissão Europeia 126 programas regionais de acções inovadoras (em 156 regiões potencialmente abrangidas), correspondendo a um orçamento de 310 milhões de euros, a que é preciso acrescentar a contribuição, pública e privada, das próprias regiões.

Este sucesso pode explicar-se, nomeadamente, por dois factores. O primeiro tem a ver com o procedimento simplificado de apresentação e de selecção. Todos os anos, até 31 de Maio, as regiões interessadas enviam as suas candidaturas à Comissão. Um programa de acções inovadoras prolonga-se, no máximo, por dois anos e pode receber até 3 milhões de euros. Segundo aspecto positivo, a descentralização: as regiões são inteiramente responsáveis pela gestão e pelo controlo financeiro do programa.

Transferir as ideias inovadoras

As acções inovadoras dependem de uma actuação qualitativa a todos os níveis. Assim sendo, as regiões são convidadas a criar parcerias muito vastas, que incluam o sector privado, as PME e organizações da sociedade civil.

Outra ideia-chave tem a ver com a transferência de experiência-piloto. Este intercâmbio de boas práticas é sobretudo incentivado no interior da região. Com efeito, é toda a região que beneficia das acções inovadoras. Assim, a transferência de saber-fazer é favorecida no conjunto do território regional.

Mas a Comissão quis ir mais longe, incentivando também o confronto de ideias e a descoberta de parceiros de diferentes regiões. Daí a sua decisão de co-financiar, em articulação com os programas de acções inovadoras, redes temáticas para melhorar a troca de experiências. Actualmente existem três redes operacionais.

A primeira, designada IANIS, é animada pela região da Saxónia e reúne 28 regiões em torno do tema da sociedade da informação. A segunda rede é coordenada pelo País de Gales e agrupa 12 regiões sobre a problemática do desenvolvimento sustentável. Por último, uma terceira rede, ERIK, dirigida pela Emília-Romana e pela Toscana, sobre o tema da inovação tecnológica, reúne 13 regiões.

As acções inovadoras funcionam como laboratórios regionais para experimentar soluções novas. Soluções que se pretende venham a alimentar e a propagar-se de uma forma mais vasta,

Do património ao satélite

Nas propostas de programas, as regiões podem escolher um, dois ou três temas prioritários. Em 2001 e 2002, o tema do desenvolvimento sustentável foi escolhido por um quarto das regiões, tendo a inovação tecnológica e a sociedade da informação sido escolhidas por três quartos das regiões.

Em meados de 2003 ainda era muito cedo para fazer um balanço completo dos projectos ensaiados no terreno, mas já se detectavam algumas tendências, revelando a riqueza e a diversidade dos programas.

Ao nível do desenvolvimento sustentável, as regiões destacaram quatro eixos: o turismo sustentável, a valorização do património cultural e natural, novas infra-estruturas e meios de transporte e o desenvolvimento de energias renováveis.

No âmbito da inovação tecnológica, as acções abordaram sobretudo o reforço dos pólos industriais e das redes de empresas; a cooperação entre PME, universidades e centros de investigação; a disponibilização de consultadoria avançada e de auditorias tecnológicas nas empresas.

No que se refere ao acesso à sociedade da informação, estão a ser realizadas acções inovadoras em vários sectores importantes: a colocação em linha dos serviços administrativos, a electrónica ao serviço das empresas ou ainda experiências de acesso à Internet por alto débito através de satélite, para as zonas montanhosas ou para zonas rurais de difícil acesso.

em especial na perspectiva de uma revisão da política de coesão económica e social para o período de 2007 a 2013.

Para mais informações:

http://europa.eu.int/comm/regional_policy/innovation/index_fr.htm

Para contactar as redes temáticas:

Sociedade da Informação:

matthias.mueller@bvl.sk.sachsen.de

Desenvolvimento sustentável: john.clarke@wales.gsi.gov.uk

Inovação tecnológica: s.sorbi@regione.toscana.it

e/ou sbertini@regione.emilia-romagna.it

Prémio da inovação regional

Para divulgar as melhores práticas, a Comissão Europeia incentiva as regiões responsáveis por programas de acções inovadoras a participarem num concurso da inovação regional. Para isso, convida estas regiões a comunicarem à Comissão, até 31 de Outubro de 2003, um projecto que considerem especialmente inovador. Os projectos serão examinados por um júri presidido por António Guterres, antigo primeiro-ministro português. Numa sessão plenária do Comité das Regiões, a realizar em Abril de 2004, serão atribuídos três prémios, um por tema.



Prémio da inovação regional: os membros do júri reunidos em torno de António Guterres (o quinto a contar da esquerda).

Um instrumento ao serviço das administrações territoriais italianas Com a Formez, a Europa torna-se contagiante

A agência italiana Formez coloca à disposição das administrações locais e regionais serviços inovadores a nível da informação europeia e incentiva igualmente a cooperação entre regiões.

«Todos por um e um por todos». Poderá a divisa dos três mosqueteiros adaptar-se aos funcionários italianos das administrações territoriais — locais e regionais — responsáveis pelos fundos estruturais? Com efeito, qualquer que seja a região, todos procuram aceder facilmente às mesmas informações avançadas sobre a Europa, as suas políticas e os seus programas. Muitos interrogam-se sobre questões para as quais outros colegas já têm certamente resposta. Portanto, se as necessidades são comuns, por que não partilhar os instrumentos de informação, para que cada um beneficie individualmente? Foi este, em síntese, o princípio que inspirou a criação da Formez.

A Formez é uma agência privada italiana, cujos parceiros e financiadores são públicos: o Departamento da Função Pública (tutelado pelo primeiro-ministro), os governos regionais, a Associação Nacional dos Municípios Italianos (ANCI), a União das Províncias de Itália (UPI), a União Nacional das Comunidades de Montanha (UNCEN), etc.

Inicialmente, a Formez tinha por objectivo dar formação e consultoria aos funcionários do Sul de Itália, a fim de os ajudar a recuperar o atraso em relação ao Norte. Depois, a agência alargou a sua actividade aos agentes públicos de toda a península. A pouco e pouco o objecto social da Formez também se foi alargando. Verificou-se ser igualmente necessário fornecer aos funcionários autárquicos italianos informação especializada sobre os fundos estruturais e as políticas europeias.

Com este objectivo, a Formez lançou em 1997 o projecto informático «EuroPA», um projecto que não se limita a colocar em linha informações documentais sobre a União Europeia, mas funciona como uma verdadeira

plataforma electrónica. Neste espaço comum, os funcionários podem introduzir ficheiros que considerem interessantes, participar em fóruns de discussão, fazer perguntas a especialistas (pertencam ou não à rede Formez), partilhar programas informáticos, etc. No final de 2001 a agência abriu no EuroPA uma página dedicada especialmente à cooperação transnacional.

Nessa página, a Formez dá aos funcionários conselhos práticos sobre o «porquê» e o «como» de um projecto de parceria transnacional, para além de colocar à sua disposição um dicionário inglês-italiano e italiano-inglês de termos técnicos comunitários. Mas, sobretudo, a Formez propõe um instrumento de pesquisa internacional de parceiros que funciona em sentido duplo: os italianos que pretendem colaborar com um organismo estrangeiro podem aí inserir um anúncio; reciprocamente, os nacionais de outros países europeus que pretendam estabelecer contactos com serviços públicos locais e regionais italianos também podem activar o EuroPA.

Para além da comunicação virtual, a Formez oferece uma assistência personalizada aos candidatos à organização de uma visita ou de um intercâmbio de experiências com outra região europeia. Em Outubro de 2002, a agência contribuiu para a realização de uma missão de estudo à Escócia para cinco administrações provinciais do Centro-Norte de Itália. Objectivo da viagem: observar, no local, o funcionamento dos serviços públicos de emprego britânicos, que têm fama de ser muito eficazes. Na sequência dessa visita está agora prevista uma parceria semelhante com agências de emprego alemãs.

Em Itália, a Formez organiza acções de formação descentralizadas para



funcionários sobre a «cooperação transnacional nos programas comunitários». Já se realizaram iniciativas deste tipo na Sicília, em Bari, em Livourne, na província de Belluno, etc.

A Formez apoia igualmente acções de cooperação no exterior da União: graças à agência, parceiros públicos italianos colocam os seus conhecimentos ao serviço de agentes de desenvolvimento local na zona de Buenos Aires, na Argentina. Foi estabelecido um projecto de geminação com a Eslováquia no domínio agrícola. Do mesmo modo, foi estabelecida colaboração com a Roménia e a Eslovénia, para ajudar estes países a modernizarem a sua administração. Em vésperas do alargamento, é preciso, mais do que nunca, ter vistas largas...

Contacto:

Formez
Via Salaria, 229
I-00199 Roma
Tel.: (39) 068 48 91
E-mail: europa@formez.it
Internet: <http://europa.formez.it/cooperazione.html>



Descoberta de um país aderente

Malta

Um traço de união no Mediterrâneo

Ponte entre a Europa e o mundo árabe, Malta — apesar da sua reduzida dimensão e da sua insularidade — possui trunfos sólidos e revela bons resultados económicos na véspera da sua adesão.

Malta é o mais pequeno dos novos países aderentes, mas é também o Estado com maior densidade populacional da Europa, com 1 234 habitantes por km². O país é um arquipélago composto de três ilhas: Malta, Gozo e Comino. Situada no centro do Mediterrâneo, Malta conheceu durante a sua longa história uma mistura rica de culturas e de civilizações: árabe, fenícia, cartaginesa...

Após 150 anos de domínio britânico, Malta tornou-se independente em 1964 e passou a república em 13 de Dezembro de 1974. As línguas oficiais do país são o maltês e o inglês.

Com um crescimento sustentado durante o último decénio, a economia de Malta é bastante próspera, com um rendimento por habitante comparável ao de Portugal. A taxa de desemprego do país situa-se ao nível médio dos actuais 15 Estados da União Europeia. A inflação é baixa: 2,2% em 2002. A única mancha neste quadro é o nível da dívida pública, que é muito elevado: 60,6% do PIB em 2000.

Malta, apesar da sua pequena dimensão, possui vantagens de peso: o seu potencial turístico, mão-de-obra



qualificada e poliglota e sectores económicos de ponta no domínio da electrónica (semicondutores). No entanto, também existem algumas fragilidades: problemas de gestão de resíduos, má qualidade da água, uma agricultura frágil... Durante anos, Malta, que tem a terceira frota comercial do mundo, ganhou uma reputação pouco recomendável de paraíso de bandeiras de conveniência. Uma imagem negativa que a ilha se esforça actualmente por eliminar, com a reforma do seu código marítimo.

O ritmo da vida política do país é marcado por dois partidos: o Partido Nacionalista (conservador) e o Partido Trabalhista. O primeiro é pró-europeu e quer liberalizar o país, reduzindo ao mesmo tempo as barreiras às importações. Em 1996, com a chegada ao poder dos trabalhistas, o pedido de adesão de Malta à União Europeia foi retirado, tendo sido reintroduzido dois anos mais tarde, quando o Partido Nacionalista retomou as rédeas do país. Em 8 de Março de 2003 Malta foi o primeiro país candidato a submeter a sua adesão a referendo. O resultado — 53,65% a favor — constituiu uma

vitória clara para o primeiro-ministro conservador Edward Fenech Adami.

Ao contrário dos países da Europa Central e Oriental, Malta não beneficiou dos instrumentos de pré-adesão como o Sapard (agricultura e desenvolvimento rural) e o ISPA (transportes e ambiente). Mas tal não significa que a ilha tenha sido esquecida: entre 2000 a 2004 receberá 38 milhões de euros através dos instrumentos de pré-adesão. Um montante a que se devem juntar diversos apoios no quadro do MEDA, o instrumento de parceria euromediterrânica.

Actualmente, Malta prepara a sua futura política contra as disparidades regionais e dá o acerto final ao seu plano de desenvolvimento 2003-2006. De 2004 a 2006, Malta deverá obter cerca de 55,9 milhões de euros ao abrigo do objectivo n.º 1.

Contacto:

Gabinete do Primeiro-Ministro

Auberge de Castille

Valletta CMR 02 (Malta)

Tel.: (356) 21 22 52 31 / 21 24 25 60

Fax: (356) 21 24 98 88

Internet: <http://www.opm.gov.mt>

Superfície

316 km²

População

393 000 habitantes (2001)

Densidade: 1 234 habitantes/km²
(EU-15: 118)

Economia e emprego

Índice PIB/habitante PPC (2000): 53
(EU-15: 100)

Taxa de desemprego (2002): 7,4%
(EU-15: 7,6%)

Questões colocadas a Edward Fenech Adami, primeiro-ministro da República de Malta



Agora que Malta está prestes a entrar na União Europeia, todos os indicadores económicos do país são positivos, à excepção de um: o nível da dívida pública. Como é que o Governo maltês vai resolver este problema?

Os nossos planos consistem em reduzir de forma gradual, mas consistente, o défice orçamental do Estado. O meu Governo já reafirmou o seu empenhamento em rever os programas de despesas e aumentar a eficácia da cobrança de impostos. Estamos empenhados em garantir que os serviços sociais se destinem às pessoas que carecem verdadeiramente deles e em garantir que a repartição da carga fiscal é feita de forma equitativa.

Os últimos anos revelaram ser possível melhorar o desequilíbrio orçamental sem criar choques desnecessários ao funcionamento da economia. A criação de um ambiente económico mais favorável para as empresas ocupa um papel central na estratégia do Governo para conter e reduzir gradualmente o desequilíbrio das finanças públicas. É por isso que continuamos empenhados em prosseguir na direcção que traçamos nos últimos anos, a saber, fazer com que todos os parceiros sociais intervenham de forma mais activa no processo de tomada de decisões. Esta opção estratégica do meu Governo não reforça apenas o tecido social do nosso pequeno país, mas também dá mais credibilidade e apoio ao nosso programa de reestruturação económica e financeira.

Existem «disparidades regionais» num espaço tão pequeno como o arquipélago de Malta? A existirem, como é que se propõe reduzi-las? De um modo geral, quais são as suas principais prioridades económicas e sociais?

O Estado de Malta tem-se esforçado por assegurar uma participação geográfica mais equitativa nos progressos sociais e económicos da nação. Colaborámos com a União Europeia para assegurar que as preocupações referentes às nossas disparidades regionais seriam tratadas de modo mais eficaz na sequência da adesão de Malta à União Europeia. Malta negociou uma concessão especial no âmbito do capítulo 21 do acervo comunitário, a fim de haver uma prioridade especial para a ilha de Gozo, para que as necessidades específicas desta ilha possam ser resolvidas. Tanto o Governo de Malta como a

União Europeia têm a convicção de que os projectos para a ilha de Gozo, a financiar através desta prioridade específica, deverão abordar de modo global e sistemático as carências mais prementes que têm impedido o processo de desenvolvimento de Gozo. Foi encomendado um estudo, concluído em Maio de 2002, tendo em vista determinar e identificar de modo objectivo os obstáculos mais significativos ao processo de desenvolvimento social e económico que a ilha de Gozo enfrentou e ainda enfrenta. Os resultados deste estudo vão inserir-se na prioridade «Gozo» do documento único de programação (DOCUP). Além disso, Gozo é elegível para outros projectos que contemplam todas as outras prioridades do DOCUP.

Constitui uma prioridade do meu Governo estabelecer as infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento da economia local, seja em matéria dos sectores produtivo, dos transportes, do ambiente ou dos recursos humanos. Neste sentido, preocupámo-nos especialmente na promoção da formação profissional. O grande objectivo destas medidas é dar às regiões desfavorecidas a possibilidade de integrarem, em pleno, o actual processo de desenvolvimento do arquipélago. Isto deverá igualmente assegurar que os importantes benefícios que a adesão do país à União Europeia irá gerar, serão distribuídos mais equitativamente pelas diferentes zonas de Malta.

Malta participou activamente no MEDA, o programa de parceria euromediterrânica. Quais foram os benefícios que daí retirou?

Malta é elegível para todos os programas e iniciativas financiados ao abrigo da componente regional do MEDA. As iniciativas regionais apoiadas pelo MEDA incluem projectos no âmbito do património Euromed, do programa de acção para a juventude Euromed e da sociedade da informação Euromed. Nos últimos anos, várias estruturas e organizações maltesas obtiveram apoios dos fundos regionais do MEDA para o lançamento dos seus projectos. Várias reuniões Euromed realizadas em Malta são igualmente financiadas pelo MEDA.

Dois projectos atingiram uma especial importância graças ao apoio de MEDA: as sessões de informação e formação para diplomatas, realizadas semestralmente e que foram confiadas à Academia Mediterrânica de Estudos Diplomáticos, bem como o mestrado em Direitos Humanos e Democratização, ministrado pela Fundação de Estudos Internacionais na Universidade de Malta. Hoje em dia tornaram-se

actividades regulares, financiadas em parte pelo eixo regional do MEDA

De um modo geral verificou-se uma melhoria da absorção dos fundos atribuídos no âmbito do MEDA após a descentralização das actividades da Comissão com o Processo de Barcelona. É possível que com a adesão dos novos Estados-Membros aumente a procura da componente regional dos fundos do MEDA e por isso deve ser dada a devida atenção a este aspecto.

A importância de um país não depende necessariamente da sua dimensão. Quais serão as principais contribuições de Malta, o mais pequenos dos 25 Estados-Membros, para a União Europeia?

O pedido de adesão de Malta à União Europeia sublinha o nosso empenhamento nos ideais dos direitos humanos, na democracia e no Estado de direito, que procurámos reforçar e consolidar sistematicamente e nos quais assenta a União Europeia.

Malta sempre se esforçou por desempenhar um papel activo em vários fóruns internacionais, como as Nações Unidas, o Conselho da Europa e a Commonwealth. Devido à sua dimensão, muitas vezes os pequenos países podem contribuir de modo mais eficaz para a resolução de questões de determinada natureza, que exigem uma procura colateral de soluções e para as quais sempre nos esforçamos por encontrar um caminho diferente ou uma terceira via.

Nestes fóruns sempre procurámos servir os interesses comuns da região mediterrânica através da promoção activa de políticas destinadas a incentivar a paz, a estabilidade e a prosperidade na região. Malta está fortemente empenhada em promover a estabilidade no Mediterrâneo aos níveis bilateral, regional e internacional. Sentimos que podemos contribuir para um sentimento de prosperidade comum e para o aumento da estabilidade no Mediterrâneo, tanto através dos nossos próprios esforços como no apoio aos esforços da União. Um dos elementos principais que Malta pode dar à UE é exactamente a sua experiência e conhecimento do Mediterrâneo.

Por conseguinte, trazemos para a União, entre outros, um conhecimento profundo de uma região cuja estabilidade é indubitavelmente fundamental para a Europa. Estamos certos que ao aproximar a nossa região da União daremos uma importante contribuição para sustentar, a partir do interior da própria União, a política mediterrânica da Europa.

Depoimento recolhido em Junho de 2003.

Descoberta de uma região

Suécia Meridional

Uma região pivô no Báltico

Foi decididamente a sua abertura à cooperação que fez da Suécia Meridional uma das regiões mais desenvolvidas do Norte da Europa e um pivô para todo o Báltico.



Sob a designação de «Sydsverige» (Suécia Meridional) agrupam-se as seis províncias de Scanie, Halland, Jönköping, Kronoberg, Blekinge e Kalmar, um território de cerca de 51 000 km², que abriga 2,3 milhões de habitantes, ou seja, um quarto da população sueca. Apesar de não ter cidades grandes, à excepção de Malmö (250 000 habitantes), a Suécia Meridional tem um grande peso à escala nacional. É a quarta região sueca em termos de produto interno bruto (PIB).

A economia regional assenta num forte sector secundário, que inclui empresas de renome mundial (Ericsson, IKEA, Tetra Pak, etc.). O património natural e cultural do Sul da Suécia fez com que desde há muito o turismo seja outro sector gerador de riqueza. O turismo é actualmente reforçado pelo que se convencionou designar «sector dos eventos» (*ver o artigo seguinte*). As novas actividades económicas baseadas na investigação (telemática, medicina, ciências do ambiente, tecnologia dos polímeros, etc.) tornaram-se igualmente novas fontes de emprego e de prosperidade. À volta de três universidades e sete institutos

superiores que a região conta desenvolveram-se parques científicos, entre os quais o primeiro da Escandinávia, «Ideon», fundado em Lund, em 1983.

Uma das forças dos agentes regionais é a sua capacidade para trabalharem em redes e pólos industriais especializados. A cooperação intra-regional observa o modelo conhecido por «tripla espiral», que consiste na parceria entre os sectores privado, público e académico. Testemunha de tal cooperação na cena internacional é a participação da Suécia Meridional no projecto «Highest ++», uma rede de estruturas de apoio a empresas situadas em cinco zonas europeias e que integra os Alpes Marítimos (França), Helsínquia (Finlândia), Turim (Itália) e Berlim (Alemanha). Aliás, a Suécia Meridional ganhou duas vezes — em 2001 e 2002 — o «Award of Excellence for Innovative Regions» (Prémio de Excelência das Regiões Inovadoras) atribuído pela Comissão Europeia.

Situada estrategicamente à entrada do mar Báltico, a Suécia Meridional mantém desde a época hanseática relações estreitas com os seus vizinhos,

Estónia, Letónia, Lituânia, Rússia, Polónia, Alemanha e Dinamarca. O programa Interreg tem actualmente um papel muito importante nestas trocas transfronteiriças.

A integração do enclave russo de Calíninegrado no espaço de cooperação do Báltico constitui uma preocupação para o Governo sueco e por isso o *SydSam*, a estrutura superior da rede das seis províncias da Suécia Meridional, assinou em 2000 com a Oblast (região) de Calíninegrado um acordo de cooperação em numerosos domínios de intercâmbio, nomeadamente a democracia, a saúde e assistência médica, o ambiente e a cultura.

Contacto:

Sofie Gardestedt

SydSam/South Sweden European Office

Baltic Sea House

Avenue Palmerston 26

B-1000 Bruxelles

Tel.: (32-2) 235 26 60

Fax: (32-2) 235 26 69

E-mail: sofie.gardestedt@sydsam.be

Superfície

52 448 km²

População (2003)

2 313 092 habitantes

Densidade: 44 habitantes/km²

(EU-15: 118 habitantes/km²)

Economia e emprego

Índice PIB/hab. PPC (2000): 98

(EU-15: 100)

Taxa de desemprego (2001): 6,4%

(EU-15: 8,3%)

O rock como eixo de desenvolvimento local

Calcula-se que o «sector dos eventos» constitui uma das mais prometedoras fontes de emprego e a Suécia Meridional está particularmente bem colocada neste domínio, visto que três grupos musicais de fama mundial — Roxette, os Cardigans e The Ark — são originários da região. O rock tornou-se uma verdadeira especialidade regional. Com o apoio dos fundos estruturais.

Situada no meio de florestas, a pequena cidade de Hultsfred (5 500 habitantes) acolhe desde 1986 o maior festival de *rock* da Suécia. Nos dias 12, 13 e 14 de Junho último, 40 000 espectadores, mais de 100 artistas, 1 200 jornalistas e milhões de telespectadores e de internautas (o festival é difundido na *web*) vibraram com o som do «Rock City Hultsfred 2003».

Contrariamente ao que seria de esperar, a pequena localidade não entra num marasmo profundo depois de serem desmontados os palcos, enrolados os sacos-cama e de os festivaleiros partirem. Hultsfred tornou-se o local de encontro obrigatório de tudo o que a Suécia tem como músicos *rock* e *pop*. Durante todo o ano, tanto os grupos mais obscuros como os músicos mais famosos dispõem em Hultsfred de todas as infra-estruturas necessárias para ensaiar, gravar e dar concertos. E encontram aí igualmente os serviços e o ambiente adequados para se aperfeiçoarem e cultivarem a sua inspiração.

O êxito da Suécia na cena musical traduz-se numa importante entrada de receitas para o país, a ponto de a música se ter tornado o terceiro «produto» de exportação sueco. Foi por isso que o Governo sueco decidiu fazer de Hultsfred a capital do sector música/eventos na Suécia, apoiando a criação nesta pequena cidade de um centro de empresas especializadas na actividade musical e na realização de eventos.

No liceu local há cursos ligados à música e ao espectáculo. Desde o Outono de 2000 que existe na Escola Superior de Kalmar um curso de gestão destinado especificamente ao sector. Muito mais do que um festival, «Rock City Hultsfred» oferece ao sector da música e do espectáculo uma diversidade de oportunidades que muitas empresas musicais, telemáticas e cinematográficas descobriram.

O conjunto do projecto de desenvolvimento beneficia do programa do objectivo n.º 2 num montante de 3,7 milhões de euros, sendo 1 milhão do FEDER, 1,6 milhões de fundos públicos suecos e 1,1 milhões de fundos privados.

Para mais informações sobre o contexto e o início do projecto, consultar:
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/innovation/innovating/pacts/tp/list/hul-fr.html



Projectos de cooperação múltipla

Medicon Valley Academy

Financiado em parte pelo programa Interreg IIA, num montante de cerca de 700 000 euros, este projecto de cooperação permitiu o lançamento de intercâmbios em matéria de conhecimentos, de saber-fazer e de recursos entre suecos e dinamarqueses no domínio médico. www.mva.org.

SEBTrans

SEBTrans é um projecto Interreg IIC destinado a avaliar a procura futura de serviços de transportes sustentáveis entre as regiões das duas margens do sul do Báltico. www.sebtrans.com

Património culinário

A Suécia Meridional participa no «Culinary Heritage Europe 2003-2005», um projecto de cooperação Interreg IIIC que envolve 19 regiões de nove países. O objectivo é incentivar o desenvolvimento regional, apoiando ao mesmo tempo pequenos produtores alimentares de qualidade. www.culinary-heritage.com.

SWEBALTCOP

Este projecto transfronteiriço, realizado ao abrigo do artigo 10.º do FEDER, gerou 70 acções de

cooperação bem sucedidas entre Estados do Báltico. www.swebaltcop.org.

Qualidade de vida: «Seagull»

Dotado de 6 milhões de euros, o projecto Seagull (Goelândia), a decorrer no quadro da Eurégio Báltica, pretende principalmente elaborar e aplicar uma estratégia e um plano de desenvolvimento transnacionais para o conjunto da Eurégio. www.eurobalt.org/english/projects/seagull/seagull.asp.

Para lá do Regulamento (CE) n.º 1159/2000

Informar melhor sobre os fundos estruturais

«Divulgar os fundos estruturais» passou a ser uma prioridade para as autoridades de gestão. Acabaram as acções pontuais: a partir de agora deve ser implementada uma estratégia global de comunicação, dirigida tanto aos potenciais beneficiários como à opinião pública. O Regulamento comunitário (CE) n.º 1159/2000 define um quadro comum e faz um apelo à criatividade de cada um.

Em 2001, a DATAR, a agência francesa para o ordenamento do território, realizou um inquérito junto das diferentes regiões de França. Tratava-se de identificar melhor o modo como as regiões divulgavam os fundos estruturais. Analisado pela Universidade de Paris IV (Sorbona), o inquérito revelou que 56% das administrações regionais consultadas consideravam «inadaptada» a comunicação que tinham feito dos fundos estruturais durante o período 1994-1999. Uma confissão de fracasso...

É verdade que era apenas uma sondagem, conduzida num único país. Mas esta chamada de atenção ilustrava uma tendência mais geral: no passado, a informação sobre os fundos estruturais nem sempre foi considerada como uma prioridade pelas autoridades de gestão.

Com a geração actual dos fundos estruturais (2000-2006) deu-se uma mudança de orientação: a Comissão adoptou um novo regulamento ⁽¹⁾ relativo às acções de informação e publicidade a levar a efeito pelos Estados-Membros. Este diploma funciona como um catalisador, introduzindo uma ideia-chave: uma boa comunicação sobre os fundos estruturais, nomeadamente junto da opinião pública, é considerada hoje uma tarefa central, tal como a boa administração ou a boa gestão financeira dos programas.

⁽¹⁾ Regulamento (CE) n.º 1159/2000 da Comissão, de 30 de Maio de 2000, relativo às acções de informação e publicidade a levar a cabo pelos Estados-Membros sobre as intervenções dos fundos estruturais.

Um triplo desafio

O desafio subjacente a uma boa comunicação é triplo. Ao fazer a promoção dos procedimentos e das oportunidades, pretende-se antes de mais assegurar a igualdade de oportunidades entre todos os beneficiários potenciais.

É também conveniente, em nome da democracia, apresentar contas da utilização do dinheiro, mostrar aos cidadãos aquilo que se faz, concretamente, com os seus impostos.

Por último, a informação é um elemento necessário para a própria eficácia das intervenções. Ao tornar bem visíveis as acções realizadas, convidam-se os agentes socioeconómicos mais cépticos a participarem no desenvolvimento das suas regiões. Mobiliza-se muito

melhor o conjunto dos agentes em causa e obtêm-se assim efeitos sustentáveis e profundos.

Outro princípio fundamental inserido no novo regulamento: as autoridades de gestão, responsáveis pela comunicação, não devem actuar de forma isolada. O que se pretende pôr em movimento é uma verdadeira cadeia de informação. Por exemplo, é muito importante que os projectos beneficiários dos fundos estruturais participem neste esforço colectivo de comunicação, dando provas dos resultados obtidos graças à política estrutural e divulgando as mensagens de fundo dessa política, tornando-se assim «embaixadores» da União Europeia.

O regulamento insiste num ponto essencial: assegurar a visibilidade da acção conjunta realizada pela União Europeia e pelos Estados-Membros. Muitas vezes, o único elemento que



fica na memória é a componente financeira, o que, temos de convir, é uma abordagem muito redutora. A política estrutural da União não é apenas uma redistribuição de dinheiro. Possui objectivos e um método específicos. As ajudas estruturais só são concedidas quando se integram numa lógica europeia. Importa salientar esta lógica.

Além disso, a comunicação deve esforçar-se por evidenciar que a política estrutural da União contribui para a paz e estabilidade do continente e, portanto, para a própria essência do projecto de integração europeia. Combate as diferenças socioeconómicas entre os cidadãos, que são muitas vezes a causa principal de tensões e de mal-estar sociais.

Criatividade

Resta saber como fazer passar estas mensagens para a opinião pública e para os não iniciados. Uma coisa é certa: convém evitar uma «linguagem incompreensível», o «jargão» administrativo, os pormenores inúteis, a propaganda... A informação só tem a ganhar se assentar em factos, em dados concretos, explicando como é que os projectos, com o apoio dos fundos estruturais, contribuem efectivamente para melhorar as condições de vida de cada um de nós.

Para atingir uma vasta audiência, são habitualmente utilizados dois meios: o recurso à publicidade e a colaboração com jornalistas. O novo regulamento insiste especialmente nas relações com os meios de comunicação social. A imprensa, rádio e televisão estão em contacto directo com os cidadãos. Conhecem as suas necessidades e sabem como traduzir uma informação técnica numa linguagem que chame a atenção. Este exercício com os meios de comunicação social constitui um trabalho exigente e demorado.

A comunicação é uma missão demasiado importante para se deixar ao acaso. Devem ser formulados objectivos claros, que tenham em conta

uma análise prévia dos problemas existentes. É por isso que o regulamento estabelece, para as autoridades de gestão, duas novas obrigações indispensáveis para o êxito das acções de informação.

Primeiro, a partir de agora deve ser elaborado um plano global e plurianual de comunicação. Em segundo lugar, dentro do mesmo espírito, as autoridades de gestão são convidadas a proceder a uma avaliação aprofundada das iniciativas de comunicação.

O regulamento da Comissão define regras mínimas. Traça orientações. Especifica princípios. Mas não



constitui de modo nenhum um manual de comunicação. Este regulamento visa incentivar as autoridades de gestão a darem provas de criatividade. O desafio vale a pena, porque em matéria de fundos públicos, todos — administrações, promotores de projectos, agentes económicos e sociais e o simples cidadão — ganham com uma boa informação.

Alguns slogans

Para comunicar em matéria de fundos estruturais, várias autoridades de gestão adoptaram um slogan.

A receita para uma boa mensagem? Linguagem positiva, simples, imaginativa; o objecto a chamar a atenção; o leitor interpelado directamente; a ideia de uma Europa próxima das pessoas... É uma boa dose de imaginação. Alguns exemplos:

«Mijn idee» (A minha ideia)

Região da Flevolândia (Países Baixos)

«Personne ne reste sur la touche» (Ninguém fica de fora)

Região da Valónia (Bélgica)

«You are now sitting on a whole load of European money»

(Está sentado num monte de dinheiro europeu)

Tyneside (Reino Unido)

«L'Europe avec nous» (A Europa connosco)

Região do Languedoque-Rossilhão (França)

«Your plan, your future» (O seu projecto, o seu futuro)

Irlanda

«L'Europe de vos projets» (A Europa dos seus projectos)

Região Centro (França)

«Europe and Scotland, making it work together» (A Europa e a Escócia juntas para que tudo funcione bem)

Escócia (Reino Unido)

Parque nacional do Stelvio/Stilfserjoch (Itália)

Fundos estruturais para um parque natural

À conta do desenvolvimento regional sustentável, os fundos estruturais financiam diversos projectos ambientais. A Província Autónoma de Bolzano coordena alguns deles no Parque Nacional do Stelvio/Stilfserjoch.

O Parque Nacional do Stelvio/Stilfserjoch tem 1 350 km², estendendo-se até aos confins do Trentino Alto-Ádige (províncias autónomas de Bolzano e de Trento) e da Lombardia. Tem igualmente uma fronteira comum com o Parque Nacional da Suíça, que de certo modo o prolonga por 169 km² no cantão dos Grisons. É uma das mais vastas zonas protegidas da Europa. A direcção e a coordenação do parque estão desde há alguns anos confiadas a um consórcio que agrupa comités e representantes de todas as partes do território do parque. As actividades recreativas, a educação ambiental e a investigação ecológica são as principais missões do parque, tal como a protecção do ambiente. Neste contexto, o Parque Nacional do Stelvio/Stilfserjoch realiza desde há anos projectos destinados a melhor sensibilizar o público para a protecção da flora, da fauna e dos habitats naturais. É nesta direcção que se orientam os projectos do objectivo n.º 2, Interreg e Leader+, coordenados pela Província Autónoma de Bolzano.



Centro Ecológico Naturatrafoi.

Habitatp

Desde Novembro de 2002 que o Parque Nacional do Stelvio/Stilfserjoch e a Província Autónoma de Bolzano participam no projecto «Diversidade do habitat alpino (Habitatp)», no âmbito da rede de zonas protegidas do Arco Alpino. Nove parques nacionais da Itália, Suíça, Áustria, França e Alemanha são parceiros desta acção Interreg IIIB, dirigida pelo Parque Nacional de Berchtesgaden, na Baviera. De acordo com os princípios da directiva comunitária Habitat e da rede ambiental Natura 2000, trata-se de harmonizar a longo prazo os dados ligados à observação das espécies animais ameaçadas. Um instrumento

essencial desta acção são as fotografias aéreas com raios infravermelhos, que permitem localizar as fontes de calor geradas pelos animais. O Habitatp consiste em tirar essas fotografias, analisá-las e interpretá-las segundo uma grelha comum, de modo a poder identificar com precisão todas as zonas que possam ser abrangidas pela Directiva Habitat. Todos os dados são depois centralizados numa base multilingue. O Habitatp tem uma duração de três anos e dispõe de um orçamento de 1,5 milhões de euros, dos quais 700 000 são de origem comunitária.

A águia dourada alpina

A águia dourada viveu em tempos em toda a Europa Central. Infelizmente, sendo uma das espécies classificadas como «predadores nocivos», sofreu na passagem do século XIX para o século XX uma caça impiedosa, que quase provocou a sua extinção. Os outros grandes predadores dos Alpes, como o abutre barbudo, o lobo e o urso, conheceram a mesma sorte.

Actualmente, as populações de águias douradas parecem estáveis, mas não se dispõe de dados suficientes sobre o seu modo de vida e o seu comportamento em matéria de reprodução. Os participantes num encontro da rede de zonas protegidas alpinas, realizado em Outubro de 1999, em Rauris (Áustria), afirmaram ser necessário levar a efeito uma acção coordenada em matéria de observação e de estudo destas populações animais. Constituiu-se então uma parceria entre os parques nacionais do Stelvio/Stilfserjoch e dos Dolomitas (Itália) e de Hautes Tauern (Áustria) para associarem os seus conhecimentos e os seus dados sobre a águia dourada alpina, coordenando ao mesmo tempo as respectivas medidas

Os parceiros «Habitatp»

- Nationalpark Berchtesgaden (Alemanha), coordenador
- Parc national suisse (Suíça)
- Parco Nazionale dello Stelvio (Itália)
- Parco Nazionale Dolomiti Bellunesi (Itália)
- Parco Nazionale del Gran Paradiso (Itália)
- Parco Naturale del Mont Avic (Itália)
- Provincia Autonoma di Bolzano/Autonomie Provinz Bozen — Südtirol (Itália)
- Nationalpark Hohe Tauern (Áustria)
- Parc national de la Vanoise (França)
- Parc national des Ecrins (França)
- Asters (França)



de protecção. A funcionar desde 2002, a rede cobre um território de 3 200 km². Foi afectado a esta rede, no quadro do programa Interreg IIIA Itália/Áustria, um montante de 400 000 euros, dos quais 200 000 de origem comunitária.

O centro «Naturatrafoi»

Tal como o «Aquaprad», em Prad, consagrado ao tema da água, e o «Culturamartell», em Trattla, dedicado ao modo de vida na montanha, o «Naturatrafoi» é um dos três centros de informação temáticos criados pelo Parque Nacional do Stelvio/Stilfserjoch. A sua construção, entre 2001 e 2002, pelas colectividades locais do Stelvio/Stilfserjoch só foi possível graças aos programas das

iniciativas comunitárias Leader II e Interreg II.

Inaugurada em 2002, esta infra-estrutura é composta por um centro de acolhimento para os visitantes do parque, um vasto espaço para congressos, seminários e acções de formação, uma biblioteca e uma exposição permanente de 400 m² sobre o tema da «Vida fronteiriça».

Um apoio financeiro concedido ao abrigo do objectivo n.º 2, no montante de 765 000 euros (612 000 fornecidos em partes iguais pela Província Autónoma de Bolzano e pela União Europeia), permitiu agora a instalação de um centro de interpretação da natureza. O centro de investigação do parque em matéria de ecologia alpina também se instalará proximamente neste complexo.

Conjugando turismo, investigação, cultura e ecologia, o Naturatrafoi pretende ser um instrumento estruturante em termos de empregos, de serviços e de intercâmbios intelectuais, tanto para a população local como para o conjunto do Parque Nacional do Stelvio/Stilfserjoch.

Contacto:

*Arnold Karbacher
Parco Nazionale dello
Stelvio/Stilfserjoch
Piazza Municipio 1
I-39020 Glorenza (BZ)
Tel.: (39) 04 73 83 04 30
Fax: (39) 04 73 83 05 10
E mail:
arnold.karbacher@stelviopark.it*



Regions in action, a country on the move — A selection of successful projects financed by the Structural Funds in Greece

26 exemplos de projectos bem sucedidos na Grécia.



Disponível em grego, inglês e francês.

Regional revival — Successful projects financed by the Structural Funds in Austria

Seleção de 21 projectos co-financiados pela UE na Áustria.



Disponível em alemão e inglês.

Parceria com as Cidades — A iniciativa comunitária URBAN

O «método URBAN» ilustrado por inúmeros projectos.



Disponível nas 11 línguas da União.

Em linha



<http://www.eprc.strath.ac.uk/iqnet/iq-net>

IQ-Net é uma rede europeia que reúne parceiros regionais e nacionais que participam em programas apoiados pelos fundos estruturais na maior parte dos países da União Europeia. O objectivo da rede consiste em melhorar a gestão dos programas dos fundos estruturais através do intercâmbio de experiências. A rede lança deste modo um programa de investigação aplicada e de debates, estruturado em torno de dois encontros anuais de todos os parceiros. O sítio IQ-Net é acessível em oito línguas: inglês, francês, alemão, espanhol, italiano, dinamarquês, finlandês e sueco.

<http://www.ploteus.net>

A Direcção-Geral da Educação e Cultura lançou um novo portal Internet em 14 línguas: «Ploteus». O título das secções do «Portal sobre as oportunidades de aprendizagem no espaço europeu», significado do acrónimo Ploteus, dá uma boa ideia do interesse deste instrumento: «Oportunidades de aprendizagem», «Sistemas educativos», «Intercâmbios», «Contacto», «Mudança de país». Uma das primeiras utilidades do Ploteus reside no facto de fornecer inúmeras ligações para sítios educativos nacionais, escolas e estabelecimentos de ensino de natureza diversa e de todos os níveis.



<http://www.isc-europe.com/epoline/>

Quase há 30 anos que o Instituto Europeu de Patentes (European Patent Office — EPO) protege os inventos e direitos de propriedade intelectual de 24 países membros. O EPO trata anualmente cerca de 150 000 pedidos de patente e lançou em 2001 um sítio Internet que permite consultar em linha a base de dados das patentes depositadas no instituto, correspondendo a nada menos de três milhões de fontes documentais. Além disso, o «Epoline» permite aos inventores e criadores apresentarem em linha o pedido de depósito de patente.

<http://www.interregnorthsea.org>

Acaba de ser redesenhado o sítio web do programa do mar do Norte Interreg IIIB, que abrange regiões dos sete países (Dinamarca, Região Flamenga, Alemanha, Países Baixos, Noruega, Suécia e Reino Unido) que circundam o mar do Norte. Este sítio fornece agora mais e melhores informações às pessoas envolvidas no programa a todos os níveis e a um público mais vasto. Consulte no mapa interactivo a rubrica «Projectos» — «Projectos na sua região» — onde encontrará informações e ligações a projectos em cada região. O sítio web também fornece informações úteis sobre os projectos de orientação «Ciclo de projecto» nas suas diferentes fases, desde a ideia até à apresentação do relatório final.



Contactos

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Política Regional
Unidade 01 — «Informação e Comunicação»
Thierry Daman
Avenue de Tervuren 41, B-1040 Bruxelles
Fax: (32-2) 296 60 03
E-mail: regio-info@cec.eu.int
Internet: http://europa.eu.int/comm/dgs/regional_policy/index_pt.htm

Comissário Michel Barnier:
http://europa.eu.int/comm/commissioners/barnier/index_pt.htm

Informações sobre as ajudas regionais da União Europeia:
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_fr.htm

© Comunidades Europeias, 2003
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte



Serviço das Publicações
Publications.eu.int